

ACORDO COLETIVO DE TRABALHO 2009/2011

SINPRO-SP e SENAC – São Paulo.

Sindicato dos Professores de São Paulo – **SINPRO São Paulo**

Centro Universitário **SENAC São Paulo** (Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial)

1. ABRANGÊNCIA

O presente Acordo Coletivo de Trabalho abrange os Cursos Superiores do Centro Universitário **SENAC São Paulo** (Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial) e a categoria profissional representada pelo **SINDICATO DOS PROFESSORES DE SÃO PAULO – Sinpro-SP**, designados doravante de **SENAC** e **PROFESSORES**.

2. DURAÇÃO

Este Acordo Coletivo de Trabalho terá duração de 2 anos, com vigência de 01 de março de 2009 a 28 de fevereiro de 2011.

3. REAJUSTE SALARIAL

No ano de 2009, o **SENAC** deverá reajustar os salários dos **PROFESSORES** horistas e mensalistas em 8,83 (oito vírgula oitenta e três pontos percentuais) a partir de 1º de março de 2009, sobre os salários devidos em 1º de março de 2008.

No ano de 2010, o **SENAC** deverá reajustar os salários dos **PROFESSORES** mensalistas e horistas pela média aritmética dos índices inflacionários do período compreendido entre 1º de março de 2009 e 28 de fevereiro de 2010, apurados pelo **IBGE (INPC)**, **FIPE (IPC)** e **DIEESE (ICV)**, a partir de 1º de março de 2010, sobre os salários devidos em 1º de março de 2009.

Parágrafo primeiro: Na aplicação dos reajustes de que cuida o *caput*, fica autorizada a compensação de antecipações concedidas no período de março de 2008 a fevereiro de 2009 e março de 2009 a fevereiro de 2010.

Parágrafo segundo: O **SENAC** e o **SINPRO-SP** comprometem-se a divulgar, em comunicado conjunto, o reajuste salarial de março de 2010 até 20 de março de 2010, conforme fórmula definida no *caput*.

Parágrafo terceiro: Os salários de 1º de março de 2009, reajustados de acordo com o que dispõe esta cláusula, constituirão a base de cálculo para a data-base de 1º de março de 2010.

4. COMPENSAÇÕES SALARIAIS

Será permitida a compensação de outras eventuais antecipações salariais concedidas no período de vigência do Acordo Coletivo de 2009/2011, exceto as que decorrerem de eventuais promoções, transferências, ascensão em plano de carreira e aqueles reajustes concedidos com cláusula expressa de não-compensação.

5. ATIVIDADE DOCENTE

PROFESSOR HORISTA - Considera-se atividade docente desempenhada pelo PROFESSOR Horista, a função de ministrar aulas em qualquer curso, com as atividades pedagógicas inerentes.

PROFESSOR MENSALISTA - Considera-se atividade docente desempenhada pelo PROFESSOR Mensalista, as funções de ensino, pesquisa e extensão, incluindo:

- a)Desempenhar as atividades pedagógicas inerentes do Professor Horista;
- b)Participar de reuniões pedagógicas voltadas à pesquisa acadêmica;
- c)Orientar trabalhos de final de curso de graduação e de pós-graduação;
- d)Elaborar, coordenar pedagogicamente e realizar projetos de pesquisa, de ensino e de extensão;
- e)Orientar bolsistas de iniciação científica;
- f)Desenvolver linhas, grupos e projetos de pesquisa;
- g)Orientar monografias, dissertações e teses de alunos da pós-graduação stricto-sensu;
- h)Selecionar e orientar estagiários.
- i) Prestar serviços de assessoria e consultoria.

Parágrafo primeiro: A carga horária semanal do **PROFESSOR** mensalista será de no mínimo 20 e no máximo 40 horas, sendo que as atividades de ensino do **PROFESSOR** não poderão ultrapassar o limite de 20 horas em sala de aula.

Parágrafo segundo: Aos **PROFESSORES** Mensalistas serão assegurados os mesmos períodos de recesso escolar e férias concedidas aos **PROFESSORES** Horistas.

Parágrafo terceiro: A duração máxima da hora aula será de 50 minutos nos cursos de graduação, extensão e pós-graduação, sendo que para o **PROFESSOR** Mensalista, cada hora aula será computada como uma hora em sua carga horária semanal.

Parágrafo quarto: Fica assegurado ao **PROFESSOR** Mensalista, sem prejuízo das atividades do **SENAC**, o cumprimento de sua carga horária semanal, mesmo que, por dia, ela ultrapasse 8 horas.

Parágrafo quinto: fica assegurada, ao **PROFESSOR** Mensalista que exercer suas atividades em diferentes municípios e Estados a serviço do **SENAC**, a compensação do traslado em sua carga horária semanal.

Parágrafo sexto: fica assegurada, ao **PROFESSOR** Mensalista que exercer suas atividades em diferentes unidades do **SENAC**, no mesmo município, no mesmo dia e num mesmo período a compensação do traslado em sua carga horária semanal.

Parágrafo sétimo: a distribuição da carga horária das atividades docentes desempenhadas pelo **PROFESSOR MENSALISTA** será definida, em comum acordo, com a coordenação do

curso onde o professor exerce suas funções, sempre no final de cada semestre letivo, para sua execução no semestre seguinte, ressaltando-se eventuais mudanças no decorrer do semestre, onde será feita nova distribuição, de comum acordo entre o **PROFESSOR MENSALISTA** e o **SENAC**.

Parágrafo oitavo: Fica assegurada ao **PROFESSOR HORISTA**, sem prejuízo de sua carga horária, a participação de reuniões voltadas à pesquisa acadêmica, a orientação de trabalhos de final de curso de graduação e de pós-graduação e a orientação na realização de monografias, dissertações, teses de alunos da pós-graduação stricto-sensu, ressaltando-se o estabelecido na cláusula 24 – Horas extras.

Parágrafo nono: Fica autorizada a participação eventual do **PROFESSOR HORISTA** em grupos de estudos voltados ao desenvolvimento ou aperfeiçoamento de cursos, de forma concomitante ou não à função de ministrar aulas, observada a carga horária contratada e ressaltando-se o estabelecido na cláusula 24 – Horas extras.

6. CARGA HORÁRIA

Quando o **SENAC** e o **PROFESSOR** Horista e Mensalista contratarem carga diária de aulas e atividades docentes superiores aos limites previstos no artigo 318 da CLT, o excedente à carga horária legal será remunerado como aula normal, acrescido de DSR e hora-atividade.

No caso de professores contratados para disciplinas modulares, a carga horária semanal contratada, servirá apenas de referência para o cálculo da remuneração e de seus acréscimos legais e convencionais.

Parágrafo primeiro: entende-se por disciplina modular a que exige a concentração de carga horária em dia ou dias do mês, devido ao seu conteúdo e/ou metodologia a ser aplicada, conforme planejamento ou projeto pedagógico executado pelo **PROFESSOR**.

Parágrafo segundo: Também nessa situação fica mantido o limite diário de carga horária por disciplina de oito horas.

Parágrafo terceiro: Não é permitida a concentração da carga horária dessas disciplinas em períodos de férias e recesso dos professores.

Parágrafo quarto: A concentração da carga horária deve ser formalizada mediante documento firmado entre o **SENAC** e o **PROFESSOR**.

Parágrafo quinto: Será admitida a concentração das aulas em dia ou dias do mês, sem que o excesso de aulas num mesmo dia daí decorrente seja considerado extraordinário e desde que observada a carga horária mensal legal contratada, ressalvado o parágrafo quarto.

7. ADICIONAL DE HORA- ATIVIDADE

Fica mantido o adicional de **5%** (cinco inteiros por cento) para remuneração do trabalho do **PROFESSOR** Horista no desenvolvimento de tarefas básicas necessárias ao ato de ministrar aulas tais como preparação de aulas, realização e correção de avaliações em local de escolha do **PROFESSOR**.

Parágrafo primeiro: O adicional referido no caput deverá ser consignado distintamente no comprovante de pagamento do **PROFESSOR** Horista.

Parágrafo segundo: O adicional referido no caput já está incluído no salário base do **PROFESSOR** Mensalista.

8. COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O salário do **PROFESSOR** Horista é composto, no mínimo, por três itens: o salário base, o descanso semanal remunerado (DSR) e a hora-atividade. O salário base é calculado pela seguinte equação: número de aulas semanais multiplicado por 4,5 semanas e multiplicado, ainda, pelo valor da hora-aula (artigo 320, parágrafo 1º da CLT). O DSR corresponde a 1/6 do salário base, acrescido, quando houver, do total de horas extras e do adicional noturno (Lei 605/49). A hora-atividade corresponde a **5%** do total obtido com a somatória de todos os valores acima referidos.

O salário do **PROFESSOR** Mensalista é composto pelos seguintes itens: o salário base, já incluído o descanso semanal remunerado (DSR), e a hora-atividade. A hora-atividade corresponde a **5%** do salário base.

Parágrafo único: A remuneração adicional do **PROFESSOR** pelo exercício concomitante de função não-docente obedecerá aos critérios estabelecidos entre o **SENAC** e o **PROFESSOR** que aceitar o cargo, através de documento formalizado entre as partes, de acordo com os critérios de remuneração estabelecido em plano de cargos e salários destas funções.

9. COMPROVANTE DE PAGAMENTO

O **SENAC** deverá fornecer ao **PROFESSOR** Horista, mensalmente, comprovante de pagamento, ou disponibilizá-lo por via eletrônica, devendo estar discriminados: *a)* identificação do Centro Universitário **SENAC** (Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial); *b)* a identificação do **PROFESSOR**; *c)* a denominação da categoria, se houver faixas salariais diferenciadas; *d)* o valor da hora-aula; *e)* a carga horária semanal; *f)* a hora-atividade; *g)* outros eventuais adicionais; *h)* o descanso semanal remunerado; *i)* as horas extras realizadas; *j)* o valor do recolhimento do FGTS; *l)* o desconto previdenciário; *m)* outros descontos.

O **SENAC** deverá fornecer ao **PROFESSOR** Mensalista, mensalmente, comprovante de pagamento, ou disponibilizá-lo por via eletrônica, devendo estar discriminados: a) identificação do Centro Universitário **SENAC** (Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial); b) a identificação do **PROFESSOR**; c) a denominação da categoria, se houver faixas salariais diferenciadas; d) o valor do salário mensal e) a carga horária semanal; f) outros eventuais adicionais; g) as horas extras realizadas; h) o valor do recolhimento do FGTS; i) o desconto previdenciário; j) outros descontos.

10. ADICIONAL NOTURNO

A remuneração do trabalho noturno após às 22 (vinte e duas) horas previsto no inciso IV, artigo 7º da Constituição Federal e artigo 73 da CLT, será acrescida de 30% (trinta por cento), incidentes sobre o valor da hora –aula trabalhada ou hora de atividade docente tanto para os **PROFESSORES** Horistas como para os **PROFESSORES** Mensalistas.

11. ADICIONAL POR ATIVIDADE EM OUTRO MUNICÍPIO OU ESTADO.

Fica assegurado ao **PROFESSOR** que exercer suas atividades em diferentes municípios ou estados a serviço do **SENAC** o pagamento de adicional de 25% (vinte e cinco inteiros por cento) sobre o valor das horas de aula ou atividades docentes, no que se refere às atividades fora do município ou estado onde ocorreu a prestação contratual normal. Deixando de prestar serviços fora do município ou estado de origem, cessará a obrigação do pagamento do adicional.

Parágrafo primeiro: Como exceção ao disposto no *caput*, fica o **SENAC** desobrigado do pagamento do adicional previsto, somente quando o exercício da atividade em diferentes municípios ou estados se der por iniciativa expressa e fundamentada do **PROFESSOR**.

Parágrafo segundo: Fica facultado ao **PROFESSOR** manifestar, por escrito, ao **SENAC**, oposição ao trabalho concomitante em outro município ou estado, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas a partir do recebimento de comunicação por escrito.

Parágrafo terceiro: Formulada a oposição, obriga-se o **SENAC**, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, anular o procedimento administrativo de designação do **PROFESSOR** para trabalho concomitante em outro município ou estado.

Parágrafo quarto: Para o **PROFESSOR** mensalista que realizar atividades eventuais em outros municípios, estados ou unidades do **SENAC**, lhe será garantido a compensação em sua carga horária contratual do trabalho realizado e do período de traslado entre as unidades do **SENAC**.

12. CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO

O **SENAC** poderá contratar **PROFESSOR** por meio de contrato por prazo determinado, nos casos de Contrato de Experiência e Substituição a **PROFESSOR** afastado temporariamente e, também, para as disciplinas específicas de graduação e pós-graduação conforme anexo, cujos contratos para esses casos terão uma duração de no mínimo 2(dois) meses e no máximo de 6(meses).

Parágrafo único: Excepcionalmente nos meses de abril e outubro, durante a vigência desse Acordo, o SENAC poderá contratar professores por prazo determinado, com a duração máxima de 90 dias e não ultrapassando as datas de início das férias ou recesso dos professores, com o objetivo específico de formação e desenvolvimento dos professores, além de atividades de planejamento. Ao término do Contrato de Trabalho por prazo determinado, de acordo com a necessidade do SENAC, os contratos poderão ser prorrogados por prazo indeterminado.

13. SALÁRIO DO PROFESSOR INGRESSANTE NO SENAC

O **SENAC** não poderá contratar nenhum **PROFESSOR** por salário inferior àquele previsto na tabela de cargos e salários para **PROFESSORES** mais antigos enquadrados na mesma faixa a ser ocupada pelo ingressante.

Parágrafo único: Ao **PROFESSOR** admitido durante a vigência do presente Acordo, após 1º de março de 2009 e 1º de março de 2010, serão concedidos os mesmos percentuais de reajustes e aumentos salariais estabelecidos na norma coletiva.

14. DURAÇÃO DA HORA-AULA

A duração da hora-aula, nos cursos de graduação, extensão e pós-graduação, será, no máximo, de cinquenta minutos.

Parágrafo único: Em caso de ampliação da duração da hora-aula vigente, respeitado o limite previsto no caput desta cláusula, o **SENAC** deverá acrescer ao salário aula já pago, valor proporcional ao acréscimo do trabalho.

15. RELAÇÃO NOMINAL

Obriga-se o **SENAC** a encaminhar ao **SINPRO-SP**, no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da data da assinatura do presente Acordo, a relação nominal dos **PROFESSORES** que integram seu quadro de funcionários, acompanhada da forma de contratação (horista ou mensalista), do valor do salário mensal e das guias de contribuições sindical.

16. PROFESSORES ADMITIDOS EM SUBSTITUIÇÃO

Ao **PROFESSOR** admitido em substituição a outro desligado, por qualquer que tenha sido o motivo, será garantido, sempre, salário inicial igual ao menor salário na função no **SENAC**, considerada a tabela de cargos e salários do **SENAC**.

17. IRREDUTIBILIDADE SALARIAL

O **SENAC** garantirá a remuneração mensal ou de carga horária, ressalvada a ocorrência do disposto na cláusula 49 (quarenta e nove) do presente acordo - Demissão ou Redução da Carga Horária por Supressão de Turmas, Cursos ou Disciplinas - ou ainda, quando ocorrer iniciativa expressa do **PROFESSOR**. Em qualquer hipótese, é obrigatória a concordância recíproca, confirmada por escrito.

Parágrafo único: Não havendo concordância recíproca, a parte que deu origem à redução prevista nesta cláusula arcará com a responsabilidade da rescisão contratual.

18. NOVAS VAGAS

Abertos novos cursos, classes ou turmas, os **PROFESSORES** já contratados, terão prioridade no provimento dessas vagas, segundo os critérios internos de remoção.

19. PRIORIDADE NA ATRIBUIÇÃO DE AULAS

Ocorrendo supressão de disciplina, classe ou turma em virtude de alteração prevista ou autorizada pela legislação vigente na estrutura do currículo escolar, o **PROFESSOR** responsável pela mesma terá prioridade para preenchimento de vaga em outra disciplina, desde que devidamente habilitado, sendo a forma de provimento estabelecida de comum acordo entre as partes.

20. MUDANÇA DE DISCIPLINA

O **PROFESSOR** poderá ser transferido de uma disciplina para outra independentemente de alteração contratual formal, salvo se manifestar discordância com o procedimento, caso em que este não ocorrerá.

21. JANELAS

Considera-se janela a aula vaga existente no horário do **PROFESSOR** horista entre duas outras aulas ministradas no mesmo turno. Será efetuado o pagamento de janelas no horário de aulas, permanecendo o **PROFESSOR** horista durante as mesmas, à disposição do **SENAC** para o desenvolvimento de atividades atinentes ao cargo.

Parágrafo único: No caso do **PROFESSOR** mensalista, as janelas devem ser consideradas como horas de atividade de ensino na composição de sua carga horária semanal.

22. CONDIÇÕES DE TRABALHO

O **SENAC** priorizará a qualidade de ensino, a proteção ao trabalho e a saúde dos **PROFESSORES**, de acordo com a legislação em vigor.

23. UNIFORME

O **SENAC**, se exigir o uso de uniformes, deverá fornecê-los gratuitamente aos **PROFESSORES**.

24. HORAS EXTRAS

Considera-se atividade extra todo trabalho desenvolvido em horário diferente daquele habitualmente realizado na semana. As atividades extras devem ser pagas com adicional de 100% (cem por cento).

Parágrafo primeiro: Não é considerada atividade extra a participação em cursos de capacitação e aperfeiçoamento docente, desde que aceita livremente pelo **PROFESSOR**.

Parágrafo segundo: Serão pagas apenas como aulas normais, acrescidas do DSR e da hora-atividade, aquelas que forem adicionadas provisoriamente à carga horária habitual, decorrentes:

- a) da substituição temporária de outro **PROFESSOR**, com duração pré-determinada, decorrente de licença médica, maternidade ou para estudos. Nestes casos, a substituição deverá ser formalizada através de documento firmado entre o **SENAC** e o **PROFESSOR** que aceitar realizá-la;
- b) de substituições eventuais de faltas de **PROFESSOR** responsável, desde que aceitas livremente pelo **PROFESSOR** substituto;
- c) de reposição de eventuais faltas;

d) da realização de cursos eventuais ou de curta duração, inclusive cursos de dependência, e aceitas livremente, mediante documento firmado entre o **PROFESSOR** convidado a ministrá-los e o **SENAC**

Parágrafo terceiro: Serão pagas apenas como aulas normais, acrescidas do DSR e da horatividade, aquelas decorrentes:

a) da participação em Comissões Internas e Externas da Unidade de Ensino da **SENAC**, desde que aceita livremente pelo **PROFESSOR**, mediante documento firmado entre a **SENAC** e o **PROFESSOR**;

b) do comparecimento em reuniões didático-pedagógicas, de avaliação e de planejamento, quando realizadas fora de seu horário habitual de trabalho, desde que aceito livremente pelo **PROFESSOR**.

Parágrafo quarto: As marcações de ponto que comprovam a presença do **PROFESSOR** tanto na jornada normal de trabalho, quanto na extraordinária serão efetivadas em um único documento mensal, do qual o **PROFESSOR** terá e dará ciência, exceção para os casos de realização de atividade fora de seu local efetivo de trabalho, utilizando-se para este caso, o documento "Cartão de Ponto Externo".

Parágrafo quinto: Fica autorizada a dispensa da anotação nos instrumentos de controle de jornada, conforme parágrafo quarto, dos intervalos destinados ao descanso e alimentação, que deverão ser pré-assinalados, nos termos do artigo 13, da Portaria MTb. 3.626/91.

25. FÉRIAS

As férias dos **PROFESSORES** serão coletivas e com duração de 30 (trinta) dias, distribuídas da seguinte forma:

No período 2009/2010

30 (trinta) dias no mês de julho de 2009, no período de 01/07/2009 a 30/07/2009.

No período 2010/2011

30 (trinta) dias no mês de julho de 2010, no período de 01/07/2010 a 30/07/2010.

Parágrafo primeiro: O **SENAC** está obrigado a pagar aos **PROFESSORES** as férias e o abono constitucional de 1/3 (um terço) do salário até 2 (dois) dias úteis antes do início de seu gozo (art. 145 da CLT e inciso XVII – art. 7º da Constituição Federal).

Parágrafo segundo: Havendo coincidência entre as férias coletivas e o período de afastamento legal da gestante, as férias serão concedidas em seqüência ao término da licença maternidade.

Parágrafo terceiro: As férias não poderão ser iniciadas aos domingos, feriados e nem aos sábados, quando estes não forem dias normais de aula.

26. RECESSO ESCOLAR

O recesso escolar dos **PROFESSORES** Mensalistas e Horistas é obrigatório e tem a duração de 30 (trinta) dias, distribuídos da seguinte forma:

No período 2009/2010

30 (trinta) dias de recesso no mês de dezembro de 2009 a janeiro de 2010, no período de 21/12/2009 a 19/01/2010.

No período 2010/2011

30 (trinta) dias de recesso no mês de dezembro de 2010 a janeiro de 2011, no período de 20/12/2010 a 18/01/2011.

Parágrafo único: Durante os períodos de recesso escolar, definidos no *caput*, os **PROFESSORES** Mensalistas e Horistas não serão convocados para o trabalho.

27. CONCESSÃO DE BOLSA DE ESTUDO PARA FILHOS E DEPENDENTES

Serão concedidas bolsas de estudo para filhos, até 24 anos e dependentes do **PROFESSOR** com carga horária semanal, igual ou superior a 30 (trinta) horas e mais de 03 (três) meses no SENAC da seguinte forma:

- Bolsas de 100% em cursos livres e eventos do SENAC a todos o filhos, até 24 anos, cônjuge e outros dependentes (incluídos na assistência médica) dos **PROFESSORES**.
- Bolsas de 100% em cursos técnicos para a primeira inscrição ou primeiro colocado no processo seletivo e 20% de desconto para as demais inscrições a todos os filhos, até 24 anos e cônjuges de **PROFESSORES**.
- Desconto de 20% em cursos do ensino superior a todos os filhos, com idade até 24 anos e cônjuges de **PROFESSORES**.

Parágrafo primeiro: A desistência ou dependência em matéria/disciplina e/ou reprovação no curso/evento implica em um período de carência de 6(seis) meses em todos os cursos oferecidos pelo SENAC para a continuidade desse benefício, contados a partir da data de desistência e/ou reprovação;

Parágrafo segundo: Para a renovação da Bolsa de Estudo o beneficiário deverá apresentar documento comprovando aprovação nas disciplinas /matérias do período anterior concluído.

Parágrafo terceiro: As condições para a concessão das bolsas para os cursos livres e eventos do SENAC seguirão os critérios estabelecidos no Manual de Procedimentos produzido pela gerência de pessoal. Qualquer alteração só terá efeito após o término da vigência deste Acordo Coletivo de Trabalho.

28. CONCESSÃO DE BOLSAS DE ESTUDO PARA O PROFESSOR

Ao PROFESSOR, com carga horária igual ou superior a 30 (trinta) horas semanais, será concedida Bolsa de Estudo em cursos de graduação, pós graduação, mestrado e doutorado. Para os cursos oferecidos pelo SENAC, não será concedida bolsa em outra instituição. Para cursos oferecidos por outras instituições, serão concedidas bolsas em cursos que atendam também aos interesses e necessidades do SENAC. As bolsas devem ser solicitadas a cada semestre.

Parágrafo primeiro: Os reembolsos serão concedidos, considerando:

- 80% (oitenta inteiros por cento) do valor da mensalidade tendo como teto os valores abaixo:
 - Cursos de Graduação: R\$ 550,00/ mês
 - Cursos de Pós Graduação Lato Sensu, Mestrado e Doutorado: R\$ 900,00/mês
 - A cada semestre serão concedidos, no máximo, 6 reembolsos de mensalidade, sendo 1(um)reembolso por mês.

Parágrafo segundo: Para ser beneficiário o PROFESSOR deverá observar as seguintes carências:

- Carência de 6 meses para a primeira solicitação de Bolsa Estímulo Educacional, contados a partir da data de admissão;
- Carência de 1 ano para solicitação de bolsas de diferentes modalidades a partir da graduação. (ex: entre uma bolsa de graduação e uma de pós-graduação o funcionário deverá aguardar 1 ano para solicitar novamente o benefício)
- Carência de 2 anos para solicitação de bolsas em cursos da mesma modalidade (ex: 2ª graduação ou 2ª pós-graduação)

Parágrafo terceiro: A desistência, dependência em matéria/disciplina e/ou reprovação implica em um período de carência de 1 (um) ano em todos os cursos abertos oferecidos pelo SENAC, contados a partir da data de desistência e/ou reprovação, para a continuidade desse benefício.

Parágrafo quarto: Para a renovação da Bolsa de Estudo, o PROFESSOR beneficiário deverá apresentar documento comprovando aprovação nas disciplinas/matérias do período anterior concluído.

Parágrafo quinto: o número de bolsas concedidas para os cursos livres e eventos do SENAC seguirá os critérios estabelecidos no Manual de Procedimentos produzido pela gerência de

pessoal. Qualquer alteração só terá efeito após a validade deste Acordo Coletivo de Trabalho, garantindo-se para tanto vantagens anteriormente estabelecidas.

29. VALE-TRANSPORTE

Será concedido vale-transporte aos **PROFESSORES**, na forma da lei.

30. VALE-REFEIÇÃO OU ALIMENTAÇÃO.

Será concedido ao **PROFESSOR** com carga horária igual ou superior a 30 (trinta) horas semanais o benefício do vale-refeição ou alimentação, nas unidades que mantêm o benefício em questão.

Parágrafo único: O **PROFESSOR** participará do custo no percentual de 20% (vinte inteiros por cento) sobre o total do benefício concedido.

31. COMPLEMENTAÇÃO DO AUXÍLIO-PREVIDENCIÁRIO

Aos **PROFESSORES** afastados pela Previdência Social, desde que completados mais de **5** (cinco) anos de contrato com o **SENAC**, no caso de doença, e sem carência, no caso de acidente do trabalho, será paga uma complementação que respeitará os seguinte critérios:

- a) Durante os primeiros 12 (doze) meses de afastamento, 100% (cem inteiros por cento) da diferença entre a média salarial mensal dos últimos 12 (doze) meses e o benefício previdenciário, em se tratando de **PROFESSOR** horista, e da diferença entre o salário nominal contratual e o benefício previdenciário, para o **PROFESSOR** mensalista;
- b) De 12 (doze) meses e 1 (um) dia até 18 (dezoito) meses, 66,66% (sessenta e seis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento) da diferença entre a média salarial mensal dos últimos 12 (doze) meses e o benefício previdenciário em se tratando de **PROFESSOR** horista, e da diferença entre o salário nominal contratual e o benefício previdenciário, para o **PROFESSOR** mensalista;
- c) De 18 (dezoito) meses e 1 (um) dia até 24 (vinte e quatro) meses, 33,33% (trinta e três inteiros e trinta e três centésimos por cento) da diferença entre a média salarial mensal dos últimos 12 (doze) meses e o benefício previdenciário em se tratando de **PROFESSOR** horista, e da diferença entre o salário nominal contratual e o benefício previdenciário, para o **PROFESSOR** mensalista;

Ultrapassado o prazo máximo previsto no item “c”, cessará a obrigação prevista no “caput”;

Não sendo conhecido o valor básico da Previdência, a complementação será feita com base em valores estimados; eventuais diferenças serão objeto de compensação ou complementação no pagamento imediatamente posterior;

O pagamento previsto nesta cláusula deverá ocorrer juntamente com o dos demais **PROFESSORES**.

32. ASSISTÊNCIA MÉDICA

Fica assegurado ao **PROFESSOR** e aos seus dependentes legais, com carga horária semanal, igual ou superior a 30 (trinta) horas, plano de assistência médica.

Parágrafo primeiro: Para a assistência médica são considerados dependentes legais: esposa, filhos até 21 anos ou até 24 anos se universitário, dependente com guarda provisória ou definitiva e filhos adotivos devidamente comprovados.

Parágrafo segundo: Para aqueles dependentes não vinculados legalmente ao **PROFESSOR** titular do plano de saúde (Companheira) devem apresentar no mínimo três dos cinco documentos abaixo relacionados visando comprovar a relação de dependência:

- Certidão de nascimento de filho havido em comum;
- Declaração de imposto de renda do segurado, em que conste o interessado como seu dependente;
- Declaração especial feita perante tabelião;
- Registro em associação de qualquer natureza, onde conste o interessado como dependente do segurado;
- Escritura de compra e venda de imóvel pelo segurado em nome do dependente

Parágrafo terceiro: O plano de saúde contará com consulta com hora marcada, apartamento privativo ou quarto particular e direito a acompanhante, sendo que o enquadramento do **PROFESSOR** no Plano de Saúde do **SENAC** obedecerá ao seguinte critério:

Capital e Grande São Paulo – acomodação em apartamento.

Parágrafo quarto: O custo com a assistência médica será assumido pelo **SENAC** na maior parcela das despesas decorrentes.

33. CRECHE

Às **PROFESSORAS** mães, aos **PROFESSORES** viúvos, separados ou solteiros que, comprovadamente, mantenham a guarda de filhos, será assegurado reembolso-creche nas condições e prazos seguintes:

Parágrafo primeiro: Para crianças de zero a 6 (seis) meses, reembolso integral;

Parágrafo segundo: Para crianças com mais de 6 (seis) meses e até 7 (sete) anos, matriculadas na pré-escola, reembolso de 80% (oitenta inteiros por cento) do valor gasto, até o limite de R\$ 391,89 por mês, teto que será reajustado anualmente com base na variação do INPC-IBGE.

34. LICENÇA PATERNIDADE

A licença paternidade ao **PROFESSOR** será de 5 (cinco) dias, a contar da data de nascimento do filho.

35. LICENÇA À PROFESSORA ADOTANTE

Às **PROFESSORAS** gestantes e às **PROFESSORAS** que adotarem criança de zero a 1 (um) ano, será assegurada uma licença remunerada pelo período de 120 (cento e vinte) dias.

Parágrafo primeiro: No caso de adoção ou guarda judicial de criança a partir de 1 (um) ano até 4 (quatro) anos de idade, o período de licença será de 60 (sessenta) dias.

Parágrafo segundo: No caso de adoção ou guarda judicial de criança a partir de 4 (quatro) anos até 8 (oito) anos de idade, o período de licença será de 30 (trinta) dias.

Parágrafo terceiro: A licença à professora Adotante somente será concedida mediante apresentação do termo judicial de guarda à adotante ou guardiã.

Parágrafo quarto: A licença no “caput”, no caso das gestantes, não representa acréscimo ao que dispõe o inciso XVIII do artigo 7º da Constituição Federal.

36. LICENÇA SEM REMUNERAÇÃO

O **SENAC** poderá conceder *licença sem remuneração* ao **PROFESSOR** que a solicitar através de requerimento por escrito, não sendo esse período de afastamento computado para contagem de tempo de serviço ou para qualquer outro efeito, inclusive legal.

Parágrafo primeiro: A licença ou a sua prorrogação de que trata o *caput*, deste artigo, deverá ser comunicada por escrito ao **SENAC**, com antecedência mínima de 30(trinta) dias do período letivo, devendo especificar as datas de início e término do afastamento. A licença só terá início a partir da data expressa no comunicado, mantendo-se, até aí, todas as vantagens contratuais. A intenção de retorno do **PROFESSOR** à atividade deverá ser comunicada ao **SENAC**, no mínimo 30 (trinta) dias antes do término da licença;

Parágrafo segundo: O **PROFESSOR** que tenha ou exerça cargo de confiança deverá, junto com o comunicado de licença, solicitar o seu desligamento do cargo a partir do início do período de licença;

Parágrafo terceiro: Será considerado demissionário o **PROFESSOR** que, ao término do afastamento, não retornar às atividades docentes;

Parágrafo quarto: ocorrendo à dispensa sem justa causa ao término da licença, o **PROFESSOR** não terá direito à *Garantia Semestral de Salários*, prevista na cláusula 47 do presente Acordo.

37. ABONO DE FALTAS

Fica estabelecido que o **SENAC** se obriga a remunerar o dia, sem repercussão nas férias, nos seguintes casos de ausência do **PROFESSOR**:

Motivada pela obtenção de documento legal, mediante comprovação e observado o limite de duas por ano; para prestar exames vestibulares e exames escolares de qualificação em cursos superiores, desde que comunicadas com antecedência de 48 (quarenta e oito) horas e comprovadas posteriormente; para acompanhamento ao médico de filho menor, com idade de até quinze anos, mediante comprovação e observado o limite de uma por ano; por motivo de doença, mediante atestado fornecido por médico ou cirurgião dentista credenciado pela Entidade Sindical, pelo **SENAC** ou pelos órgãos previdenciários.

38. GALA OU LUTO

Não serão descontadas, no decurso de 9 (nove) dias corridos, as faltas do **PROFESSOR** decorrentes de gala ou luto, este em decorrência de falecimento de pai, mãe, filho(a), cônjuge, companheiro(a) e dependente juridicamente reconhecido.

39. ATESTADOS MÉDICOS E ABONO DE FALTAS

O **SENAC** está obrigado a aceitar atestados fornecidos por médicos ou dentistas credenciados, ainda, profissionais conveniados com o próprio **SENAC**.

Parágrafo único: Também serão aceitos atestados dos **PROFESSORES** associados que tenham sido convalidados pelos profissionais de saúde do departamento médico ou odontológico do SINPRO ou conveniados a ele.

40. ATESTADOS DE AFASTAMENTO E SALÁRIOS

Obriga-se o **SENAC** a fornecer atestados de afastamento e salários ao **PROFESSOR** demitido, por ocasião da rescisão contratual.

41. DESCONTO DE FALTAS

Na ocorrência de faltas, o **SENAC** poderá descontar do salário do **PROFESSOR**, no máximo, o número de aulas em que o mesmo esteve ausente, o DSR (1/6), a hora-atividade e demais vantagens pessoais proporcionais a estas aulas.

Parágrafo único: É da competência e de integral responsabilidade do **SENAC** estabelecer mecanismos de controle de faltas e de pontualidade dos **PROFESSORES**, conforme a legislação vigente.

42. GARANTIA DE EMPREGO À GESTANTE

À **PROFESSORA** gestante, fica assegurado emprego e salário pelo período compreendido entre a confirmação da gravidez e até 60 (sessenta) dias após o término da licença-maternidade.

43. GARANTIA AO PROFESSOR TRANSFERIDO DE MUNICÍPIO

Fica assegurada ao **PROFESSOR** transferido de município, a garantia de emprego pelo período de 6 (seis) meses, contados da data da efetiva transferência.

Parágrafo único: Como exceção ao disposto no caput, fica o **SENAC** desobrigado a assegurar a estabilidade prevista, somente quando a transferência de município se der por iniciativa expressa e fundamentada do **PROFESSOR**, conforme cláusula 11 (onze) do presente Acordo Coletivo – Adicional por Atividade em outro Município/Estado.

44. GARANTIA AO PROFESSOR EM VIAS DE APOSENTADORIA

Ficam garantidos emprego e salário ao **PROFESSOR** com mais de 5 (cinco) anos de contrato com o **SENAC** e que estejam a menos de 2 (dois) anos da aposentadoria integral por tempo de serviço ou por idade, sendo que adquirido o direito cessa a estabilidade, tenha o **PROFESSOR** requerido ou não o benefício.

Parágrafo único: Sob pena de decadência do direito estabelecido no “caput”, o **PROFESSOR** beneficiário deverá comprovar o tempo de serviço junto ao **SENAC**, no prazo máximo de 90 (noventa) dias contados da comunicação da dispensa.

45. GARANTIA DE EMPREGO AO PROFESSOR ACIDENTADO

É garantido o emprego pelo prazo de 12 (doze) meses a contar da alta médica, ao **PROFESSOR** que sofreu acidente do trabalho que motivou seu afastamento da atividade profissional por período superior a 15 (quinze) dias.

46. GARANTIAS DE READAPTAÇÃO AO PROFESSOR COM SEQÜELAS OCASIONADAS POR DOENÇAS PROFISSIONAIS OU ACIDENTE DE TRABALHO.

Será garantida ao **PROFESSOR** acidentado no trabalho ou acometido por doença profissional a permanência na empresa em função compatível com o seu estado físico, sem prejuízo na remuneração antes percebida, desde que, após o acidente ou comprovação da aquisição de doença profissional, apresente, cumulativamente, redução da capacidade laboral, atestada pelo órgão oficial e que se tenha tornado incapaz de exercer a função que anteriormente desempenhava, obrigado, porém, o **PROFESSOR** nessa situação a participar dos processos de readaptação e reabilitação profissional.

Parágrafo único – O período de estabilidade do **PROFESSOR** que se encontre participando dos processos de readaptação e reabilitação profissional será o previsto em lei.

47. GARANTIA SEMESTRAL DE SALÁRIOS

Devido às condições peculiares de mercado de trabalho, o **SENAC** assegurará ao **PROFESSOR** demitido sem justa causa:

a) No período de 01 de março de 2009 a 29 de fevereiro de 2010:

- No primeiro semestre civil, os salários integrais até 30 de junho de 2009.
- No segundo semestre civil, os salários integrais até 31 de dezembro de 2009, ressalvado o parágrafo quarto.

b) No período de 01 de março de 2010 a 28 de fevereiro de 2011:

- No primeiro semestre civil, os salários integrais até 30 de junho de 2010
- No segundo semestre civil, os salários integrais até 31 de dezembro de 2010, ressalvado o parágrafo quarto.

Parágrafo primeiro: O **PROFESSOR** que tiver menos de um ano de casa na data da dispensa não terá direito à Garantia Semestral de Salários.

Parágrafo segundo – No caso de demissões efetuadas no final do primeiro semestre letivo, para não ficar obrigada a pagar ao **PROFESSOR** os salários do segundo semestre, o **SENAC** deverá observar as seguintes disposições:

- a) Com aviso prévio a ser trabalhado, a demissão deverá ser formalizada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias do início das férias;
- b) Início das férias, ainda que as férias tenham seu início programado para o mês de julho, obedecendo ao que dispõe a cláusula 25 do presente Acordo.

Os dias de aviso prévio que forem indenizados não contarão como tempo de serviço para efeito do pagamento da Garantia Semestral de Salários, conforme estabelecido nesta cláusula.

Parágrafo terceiro - No caso de demissões efetuadas no final do ano letivo, para não ficar obrigada a pagar ao **PROFESSOR** os salários do primeiro semestre do ano seguinte o **SENAC** deverá observar as seguintes disposições:

- a) com aviso prévio a ser trabalhado, a demissão deverá ser formalizada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias do início do recesso escolar;
- b) sendo o aviso prévio indenizado, a demissão deverá ser formalizada até 1 (um) dia antes do início do recesso escolar.

Parágrafo quarto: Quando as demissões ocorrerem a partir de 16 de outubro de 2009, o **SENAC** pagará o valor correspondente aos salários devidos até o dia **20 de janeiro de 2010**, independente do tempo de serviço do **PROFESSOR** no **SENAC**. Quando as demissões ocorrerem a partir de 16 de outubro de 2010, o **SENAC** pagará o valor correspondente aos salários devidos até o dia **20 de janeiro de 2011**, independente do tempo de serviço do **PROFESSOR** no **SENAC**.

Parágrafo quinto: Para os efeitos de pagamento dos salários de que cuida o “caput”, a contagem dos dias restantes até as datas limite ali estabelecido terá início no primeiro dia subsequente ao do término do Aviso Prévio.

48. ESTABILIDADE PARA PORTADORES DE DOENÇAS GRAVES

Fica assegurada, até eventual concessão de aposentadoria por invalidez, estabilidade no emprego aos **PROFESSORES** portadores do vírus HIV que vierem a apresentar qualquer tipo de infecção ou doença oportunista, resultante da patologia de base.

49. DEMISSÃO OU REDUÇÃO DA CARGA HORÁRIA POR SUPRESSÃO DE TURMAS, CURSOS OU DISCIPLINAS.

No caso de ocorrer diminuição do número de alunos matriculados que venha a caracterizar a supressão de turmas, curso ou disciplina, o **PROFESSOR** do curso em questão deverá ser comunicado, por escrito, da redução parcial ou total de sua carga horária até o final da segunda semana de aulas do período letivo.

Parágrafo primeiro: O **PROFESSOR** deverá manifestar, também por escrito, a aceitação ou não da redução parcial de carga horária no prazo máximo de cinco dias após a comunicação do **SENAC**. A ausência de manifestação do **PROFESSOR** caracterizará a sua não-aceitação.

Parágrafo segundo: Caso o **PROFESSOR** aceite a redução parcial de carga horária, deverá formalizar documento junto ao **SENAC** e, em não aceitando, o **SENAC** deverá proceder à rescisão do contrato de trabalho, por demissão sem justa causa, caso seja mantida a redução parcial de carga horária.

Parágrafo terceiro: Na hipótese de rescisão contratual, por demissão sem justa causa, o aviso prévio será indenizado, estando o **SENAC** desobrigado do pagamento do disposto na cláusula 47 (quarenta e sete) do presente acordo – Garantia Semestral de Salários.

Parágrafo quarto: Não ocorrendo redução do número de alunos matriculados que venha a caracterizar supressão do curso, de turma ou de disciplina, o **SENAC** deverá dar garantia semestral de salários, conforme disposto na cláusula 47 (quarenta e sete) do presente Acordo – Garantia Semestral de Salários.

50. CARTA-AVISO

Obriga-se o **SENAC**, quando ocorrer dispensa do **PROFESSOR**, à entrega de carta-aviso que, em se tratando de demissão por justa causa, deverá conter o dispositivo legal e o motivo que deu origem ao fato, sob pena de, não o fazendo, presumir-se descaracterizada a motivação.

51. HOMOLOGAÇÃO

Quando o **SENAC** promover a dispensa ou receber pedido de demissão de **PROFESSOR** com mais de um (1) ano de contrato de trabalho, obriga-se a homologar, sem ônus, a referida rescisão na sede da Entidade Sindical signatária.

Parágrafo primeiro: Não ocorrendo o pagamento das verbas rescisórias, por responsabilidade do **SENAC**, este arcará com a multa de um salário vigente à época, em favor do **PROFESSOR**, conforme o disposto no parágrafo 8º do artigo 477 da CLT.

Parágrafo segundo: Não ocorrendo a homologação no prazo de 30 dias corridos após o pagamento das verbas rescisórias, o **SENAC** deverá pagar multa diária de 0,2% (dois décimos

percentuais) do salário mensal do professor, limitado ao valor de um salário mensal do **PROFESSOR**.

Parágrafo terceiro: O **SENAC** estará desobrigado a pagar a multa prevista no parágrafo segundo quando o atraso vier a correr, comprovadamente, por motivos alheios a sua vontade.

Parágrafo quarto: A Entidade Sindical está obrigada a fornecer comprovante de comparecimento sempre que o **SENAC** se apresentar para homologação das rescisões contratuais e comprovar a convocação do **PROFESSOR**.

52. INDENIZAÇÃO PROPORCIONAL AO TEMPO DE SERVIÇO.

O **PROFESSOR** demitido sem justa causa que contar com mais de 5 (cinco) anos de trabalho para a Entidade, terá acrescido 3 (três) dias por ano completo excedente de cinco anos à duração ordinária do aviso prévio, prevista no artigo 487 da CLT.

Parágrafo único: Essa indenização não contará como tempo de serviço.

53. INDENIZAÇÃO ADICIONAL

Fica estabelecido ao **PROFESSOR** que for dispensado no período de 30 (trinta) dias que antecedem a data base, o pagamento de indenização adicional equivalente a um salário nominal, apurado pela média salarial mensal dos últimos 12(doze) meses, além do aviso prévio e demais vantagens e garantias constantes do presente Acordo Coletivo.

54. READMISSÃO DO PROFESSOR

O **PROFESSOR** que for readmitido até doze meses após o seu desligamento ficará desobrigado de firmar contrato de experiência.

55. DELEGADOS REPRESENTANTES

O **SENAC** assegurará a eleição de 2 (dois) Delegados Representantes, que terão garantia de emprego e salário a partir da inscrição das respectivas candidaturas até o término do semestre letivo em que suas gestões se encerrarão.

Parágrafo primeiro: O mandato dos Delegados Representantes será de dois anos.

Parágrafo segundo: A eleição será realizada pelo SINPRO na unidade de ensino do **SENAC**, por voto direto e secreto. É exigido quorum de 50% (cinquenta por cento) mais um do corpo docente da unidade onde a eleição ocorrer.

Parágrafo terceiro: A eleição dos Delegados Representantes ocorrerá a partir de 1º de agosto de 2009.

56. QUADRO DE AVISOS

O **SENAC** deverá colocar, nas salas de **PROFESSORES**, quadro de aviso à disposição do Sinpro para fixação de comunicados de interesse da categoria, sendo vedada a divulgação de matéria político-partidária ou ofensiva a quem quer que seja.

57. CONGRESSOS, SIMPÓSIOS E EQUIVALENTES

Os abonos de falta para comparecimento a congressos, simpósios e equivalentes serão concedidos mediante aceitação por parte do **SENAC**, que deverá formalizar por escrito a dispensa do **PROFESSOR**.

Parágrafo único: A participação do **PROFESSOR** nos eventos descritos no *caput* não caracterizará atividade extraordinária.

58. CONGRESSO DO SINPRO

No ano de vigência deste Acordo, o SINPRO promoverá um evento de natureza política ou pedagógica (congresso ou jornada). O **SENAC** abonará as ausências de seus **PROFESSORES** que participarem do evento, nos seguintes limites:

- a) na unidade de ensino que tenha até 49 **PROFESSORES** será garantido o abono a um **PROFESSOR**;
- b) na unidade de ensino que tenha entre 50 e 99 **PROFESSORES** será garantido o abono a dois **PROFESSORES**;
- c) na unidade de ensino que tenha mais de cem **PROFESSORES** será garantido o abono a três **PROFESSORES**.

Tais faltas, limitadas ao máximo em dois dias úteis além do sábado, em cada evento, serão abonadas mediante a apresentação de atestado de comparecimento fornecido pelo SINPRO. O **PROFESSOR** deverá repor as aulas que, por ventura, sejam necessárias para complementação das horas letivas mínimas exigidas pela legislação.

59. ASSEMBLÉIAS SINDICAIS

Todo **PROFESSOR** terá direito a abono de faltas para comparecimento às assembléias da categoria.

Parágrafo primeiro: Na vigência deste Acordo Coletivo, os abonos estão limitados a dois sábados e mais dois dias úteis. As duas assembleias realizadas durante os dias úteis deverão ocorrer em períodos distintos.

Parágrafo segundo: A Entidade Sindical deverá informar ao **SENAC**, por escrito, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias corridos. Na comunicação, deverão constar a data e o horário da assembleia.

Parágrafo terceiro: Os dirigentes sindicais terão abono de faltas para comparecimento às assembleias de sua categoria profissional, sem o limite previsto no parágrafo primeiro. A Entidade Sindical deverá comunicar tal fato antecipadamente ao **SENAC**.

Parágrafo quarto: O **SENAC** poderá exigir do **PROFESSOR** e dos dirigentes sindicais atestados emitidos pela Entidade Sindical que comprovem o seu comparecimento à assembleia.

60. MENSALIDADE ASSOCIATIVA

O **SENAC** se obriga a repassar à Entidade Sindical representante da categoria profissional, no prazo de 10 (dez) dias após o pagamento mensal, os valores correspondentes ao desconto das mensalidades associativas.

Parágrafo único: Obriga-se a Entidade Sindical a enviar ao **SENAC**, em tempo hábil, as respectivas autorizações para desconto em folha de pagamento.

61. FORO CONCILIATÓRIO PARA SOLUÇÃO DE CONFLITOS COLETIVOS

Fica instituído o Foro Conciliatório que tem como objetivo procurar resolver questões referentes ao não cumprimento de normas estabelecidas no presente Acordo Coletivo de Trabalho e eventuais divergências trabalhistas existentes entre o **SENAC** e seus **PROFESSORES**.

Parágrafo primeiro: O Foro será composto por membros do **SENAC** e do **SINPRO**.

Parágrafo segundo: O **SENAC** e o **SINPRO** deverão indicar os seus representantes no Foro num prazo de trinta dias a contar da apresentação das questões que trata o caput da presente cláusula.

Parágrafo terceiro: Cada seção do Foro será realizada no prazo máximo de quinze dias a contar da solicitação formal e obrigatória de qualquer uma das entidades que o compõem, devendo constar na solicitação a data, o local e o horário em que a mesma deverá se realizar. O não-comparecimento de qualquer uma das partes acarretará no encerramento imediato das negociações.

62. MULTA POR DESCUMPRIMENTO DO ACORDO COLETIVO DE TRABALHO

O descumprimento deste Acordo obrigará o **SENAC** ao pagamento de multa correspondente a 1% (um por cento) do salário do **PROFESSOR**, para cada uma das cláusulas não-cumpridas, acrescidas de juros, a cada **PROFESSOR** prejudicado, limitado ao principal.

Parágrafo único: O **SENAC** está desobrigado de arcar com a multa prevista nesta cláusula, caso o artigo da Convenção já estabeleça uma multa pelo não-cumprimento da mesma.

Por estarem justos e acertados, assinam o presente Acordo Coletivo de Trabalho 2009/2011, o qual será depositado na Delegacia Regional do Trabalho de São Paulo, nos termos do artigo 614 e parágrafos, de modo a surtir, de imediato, os seus efeitos legais.

São Paulo, 15 de abril de 2009.

Dr. Ubirajara Cardoso da Rocha Filho

CPF nº 006.106.138-71

OAB/SP 93073

Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – São Paulo – SENAC-SP

Prof. Luiz Antonio Barbagli

CPF nº 537.157.998-20

Presidente Sindicato dos Professores de São Paulo – SINPRO-SP

Prof. Walter Alves

CPF nº 014.442.968-33

Secretário Geral do Sindicato dos Professores de São Paulo – SINPRO-SP

ANEXO - CLÁUSULA 12 - CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO**GRADUAÇÃO**

Disciplina	Curso	Serie	CH
Fotografia e Arquitetura	Graduação	6	72
Administração e Marketing	Graduação	7	36

PÓS-GRADUAÇÃO LT

Disciplina	Curso	Serie	CH
Análise de Contextos Sociocultural, Político e Econômico	Pós-Graduação LT		28
Atendimento a Emergências Químicas	Pós-Graduação LT		16
Avaliação de Impactos Ambientais	Pós-Graduação LT		24
Avaliação de Risco à saúde	Pós-Graduação LT		40
Banco de Dados e Modelagem Espacial	Pós-Graduação LT		32
Dimensionamento de recursos e processos	Pós-Graduação LT		28
Ética e Comunicação Empresarial	Pós-Graduação LT		16
Fluxo de Água e Transporte de Poluentes em meios porosos e Fraturados	Pós-Graduação LT		24
Fontes de Poluição do Solo e de Águas Subterrâneas	Pós-Graduação LT		16
Fontes e Coletas de Dados para Meio Ambiente	Pós-Graduação LT		32
Geologia e Pedologia Aplicadas ao Gerenciamento de Áreas Contaminadas	Pós-Graduação LT		16
Gestão de Contratos e Suprimentos	Pós-Graduação LT		28
Gestão de Hospedagem	Pós-Graduação LT		32
Gestão de Projetos – Tópicos Especiais	Pós-Graduação LT		32
Gestão de Qualidade e de Processos	Pós-Graduação LT		16
Gestão de Riscos de Projetos	Pós-Graduação LT		24
Hidrogeologia	Pós-Graduação LT		24
Inovação Curricular	Pós-Graduação LT		24
Marketing	Pós-Graduação LT		24
Mecanismos de desenvolvimento de produção Limpa	Pós-Graduação LT		24
Metodologias de Gerenciamento de Áreas Contaminadas	Pós-Graduação LT		16
Modelos de Gestão e Teorias de Administração	Pós-Graduação LT		16
Modelos Matemáticos de Fluxo de Água e de Transporte de Poluentes em Meios Porosos	Pós-Graduação LT		32
Planejamento Estratégico	Pós-Graduação LT		24
Processos de aprendizagem e mediação	Pós-Graduação LT		28
Projeto de Interfaces	Pós-Graduação LT		24
Seminários	Pós-Graduação LT		16
Sensibilização para o Meio Ambiente e a Segurança e Saúde no Trabalho	Pós-Graduação LT		16
Sistemas de Gestão de Qualidade	Pós-Graduação LT		32
Sistemas de Gestão Integrados	Pós-Graduação LT		32
Técnicas de Determinação das Propriedades Hídricas de Meios Porosos	Pós-Graduação LT		32
Técnicas de Investigação de Áreas Contaminadas	Pós-Graduação LT		40
Técnicas de Remediação de Áreas Contaminadas I e II	Pós-Graduação LT		48

PÓS-GRADUAÇÃO LT

Disciplina	Curso	Serie	CH
Teoria e Critica Fotográfica	Pós Graduação LT		32
Tendências Atuais dos Meios Eletrônicos	Pós-Graduação LT		32
Sistemas de gestão em higiene ocupacional	Pós-Graduação LT		40
Design Experimental I e II	Pós-Graduação LT		64
História e Estética do Vídeo	Pós-Graduação LT		32
Pesquisa em Criação de Imagem e Som em Meios Eletrônicos	Pós-Graduação LT		28
Formatos e Gêneros de Vídeo Independente	Pós-Graduação LT		32
Análise e Interpretação de Produção Eletrônica	Pós-Graduação LT		32
Estrutura Hoteleira e Cadeia de Suprimentos	Pós-Graduação LT		48
Sistemas de Gestão Ambiental	Pós-Graduação LT		48
Sistemas de Gestão de Segurança e Saúde no Trabalho	Pós-Graduação LT		48
Projeto: Formação e Gestão	Pós-Graduação LT		52